

## INTERDISCIPLINARIDADE: UMA POSSIBILIDADE PARA SUPERAR O RACISMO NA ESCOLA

Anna Paula Soares Lemos<sup>1</sup>  
Jurema Rosa Lopes<sup>2</sup>  
Glaucia Regina da S. Santos<sup>3</sup>

**RESUMO:** A partir de um estudo teórico, o presente artigo objetiva apontar a prática docente interdisciplinar como uma possibilidade de superação do racismo na escola. A questão de pesquisa consiste em investigar possíveis contribuições dos professores do segundo segmento do ensino fundamental, por meio de suas práticas, para a afirmação da cultura afrodescendente no contexto da escola. Apresenta alguns conceitos de interdisciplinaridade, identifica os fatores que influenciam as relações raciais no ambiente escolar, analisa o papel do docente mediante situações de racismo na sala de aula e a importância da formação do docente para uma prática interdisciplinar.

**Palavras-chave:** Interdisciplinaridade; Racismo; Escola.

### INTERDISCIPLINARITY: A POSSIBILITY TO OVERCOME RACISM IN SCHOOLS

**ABSTRACT:** From a theoretical study, the present article aims at pointing to the interdisciplinary teaching practice as a possibility of overcoming racism in school. The question of this research is how the teachers of the second segment of elementary education can contribute, through their practices for the affirmation of Afrodescendant culture in this context. The aim is to present some concepts of interdisciplinarity, to identify the factors that influence racial relations in the school environment, analyze the role of the teacher through situations of racism in the classroom and the importance of teacher training for an interdisciplinary practice.

**Keywords:** Interdisciplinarity; Racism; School.

### Introdução

O ensino da história afro-brasileira e da cultura africana no Brasil tem sido uma lacuna nos currículos educacionais. Apesar da sanção da Lei 10.639, publicada no Diário

---

<sup>1</sup> Doutora em Literatura Comparada pela UFRJ e docente do Mestrado em Letras e Ciências Humanas da UNIGRANRIO. E-mail: annapaulalemos@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4313-7544>

<sup>2</sup> Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (2003). Pesquisadora do Département d'Érgologie-Université de Provence (França). Professora e Pesquisadora da Escola de Ciências, Educação, Letras, Artes e Humanidades da UNIGRANRIO, Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes-UNIGRANRIO. E-mail: [jlopes@unigranrio.edu.br](mailto:jlopes@unigranrio.edu.br) Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9383-735X>

<sup>3</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes-UNIGRANRIO. E-mail: [glauciasilvasantos44@gmail.com](mailto:glauciasilvasantos44@gmail.com) Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6031-0498>

Oficial da União em janeiro de 2003, ainda hoje não temos uma inserção plena dessa importante temática em nossas salas de aula. A necessidade de se criar uma lei que torne obrigatória a valorização e o ensino de uma cultura tão importante para a formação do povo brasileiro exemplificam a desigualdade e o racismo no processo educacional.

Conquista de movimentos sociais e, principalmente, do Movimento Negro, a lei 10.639 estabelece diretrizes e bases para a educação nacional, ressaltando a importância do ensino da cultura negra direcionado às escolas. Essa lei é um desdobramento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, editada em 1996. No artigo 26-A, ela prevê que os estabelecimentos de ensino fundamental e médio, públicos e privados, devem obrigatoriamente oferecer o ensino da história e cultura afro-brasileira no âmbito de todo o currículo escolar, principalmente nas áreas de educação artística, literatura e história. Tal obrigatoriedade ratifica-se pelo fato de a escola representar um espaço onde o negro sempre foi apontado como escravo, como se não houvesse uma história de vida anterior a essa condição social. Tal afirmativa desconsidera o fato de que os negros, trazidos para o Brasil a laçadas, não eram escravos, apresentados nas aulas de História, mas sim indivíduos escravizados.

Considerando essa realidade, a prática interdisciplinar pode ser vista como uma alternativa para que a visão acerca desse aluno negro estereotipado no ambiente escolar seja desconstruída, já que ela deve ser entendida como uma possibilidade viável à prática educativa, ultrapassando barreiras entre as disciplinas, embora, atualmente, existe uma dificuldade de entendimento do conceito de interdisciplinaridade. Conforme encontramos em Pombo (2008), falar sobre interdisciplinaridade é hoje uma tarefa ingrata e difícil. Segundo a autora, há uma dificuldade inicial e que tem a ver com o fato de não estar claro o que é interdisciplinaridade. Não há nenhuma estabilidade com relação a esse conceito, pois nem mesmo os especialistas sobre o assunto conseguem chegar a um conceito comum. “Na literatura existente, encontram-se as mais díspares definições. Além disso, a palavra tem sido usada, abusada e banalizada. Poderíamos mesmo dizer: a palavra está gasta” (POMBO, 2008, p. 10).

Em Fazenda (2013), vemos que a interdisciplinaridade escolar traz uma perspectiva educativa, na qual os saberes escolares procedem de uma estruturação diferente dos pertencentes aos saberes constitutivos das ciências. Na interdisciplinaridade escolar as noções, finalidades, habilidades e técnicas visam favorecer, sobretudo, o processo de aprendizagem respeitando os saberes dos alunos e sua integração. É nessa perspectiva que o presente artigo

será desenvolvido, com o objetivo de apontar a prática docente interdisciplinar como uma possibilidade de superação ao racismo no ambiente escolar.

Assim, a interdisciplinaridade como prática docente tem um papel fundamental na superação do racismo na escola, pois respeitar os saberes dos alunos significa respeitar sua cultura, sua etnia, sua história. Desse modo, o ensino interdisciplinar possibilita que o processo ensino-aprendizagem perpassa fatos históricos, matemáticos, linguísticos, geográficos, a partir de um tema gerador que contemple os discentes como um todo.

A partir do presente trabalho propomos o seguinte questionamento: como os professores no segundo segmento do ensino fundamental contribuem, por meio da prática docente interdisciplinar, para a afirmação da cultura afrodescendente no Brasil?

## 1. Um olhar interdisciplinar

De acordo com o CERI – Centro para Pesquisa e Inovação do Ensino, a Interdisciplinaridade pode ser definida como interação existente entre duas ou mais disciplinas (1970). O conceito surge no final do séc. XIX, com o objetivo de responder à fragmentação do conhecimento resultante do positivismo, momento em que surgem as disciplinas a partir da subdivisão das ciências. Atualmente, não se tem um senso comum quando falamos em interdisciplinaridade, mas, a partir da reflexão de alguns teóricos que fundamentam este trabalho, tentaremos traçar um olhar para um melhor entendimento deste conceito.

Para Fazenda (2015), essa definição pode nos encaminhar da simples comunicação das ideias até a integração mútua dos conceitos-chaves da epistemologia, da terminologia, do procedimento, dos dados e da organização da pesquisa e do ensino, relacionando-os. Essa amplitude conceitual nada auxilia para a formação humanística<sup>4</sup> dos professores, nem tampouco na fundamentação de práticas interdisciplinares.

Encontramos em Morin (2011) que o ensino para a educação do futuro deverá centrar-se na condição humana e que os seres humanos devem reconhecer-se em sua humanidade comum e reconhecer a diversidade cultural inerente a tudo que é humano, ou seja, para conhecer o humano é necessário contextualizá-lo. Embora se tenha essa consciência da importância de uma prática e formação docente mais humanística, o humano continua sendo visto como um objeto fragmentado:

---

<sup>4</sup> O humanismo, enquanto doutrina, é definido por Paviani (2008) como o conjunto de ideias e ideais que servem para nortear a ação, aparece no seu discurso como capaz de contribuir para estabelecer o diálogo entre a ciência e a cultura.

O humano continua esquartejado, partido como pedaços de um quebra-cabeça no qual falta uma peça. Aqui se apresenta um problema epistemológico: é impossível conceber a unidade complexa do ser humano pelo pensamento disjuntivo(...) é necessário promover grande remembramento dos conhecimentos oriundos das ciências naturais, dos conhecimentos derivados das ciências humanas, para colocar em evidência a multidimensionalidade e a complexidade humanas, bem como para integrar (na educação do futuro) a contribuição inestimável das humanidades, não somente a filosofia e a história, mas também a literatura, a poesia, as artes [...] (MORIN, 2011, p. 43-44).

Segundo Paviani (2008), a interdisciplinaridade está nas transformações dos modos de produzir a ciência e de perceber a realidade e, igualmente, no desenvolvimento dos aspectos político-administrativos do ensino e da pesquisa nas organizações e instituições científicas. Sua origem está na rigidez, na artificialidade e na falsa autonomia das disciplinas. Esse modelo de organização que isola as disciplinas não permite o acompanhamento das mudanças no processo pedagógico e na produção de conhecimentos novos. Para o teórico, mesmo com todo o avanço tecnológico e científico, com a globalização, a prática educacional continua impotente no sentido de formar cidadãos aptos para atuarem em diferentes contextos sociais, ou seja,

[...] no sentido de preparar ou orientar o homem no mundo ou simplesmente para adaptá-lo às novas determinações sociais geradas pelo processo de globalização e de reprodução das próprias diferenças e rupturas sociais (PAVIANI, 2008, p. 107).

A interdisciplinaridade pode possibilitar um diálogo entre as diferentes disciplinas, nas suas mais variadas áreas. A intenção maior é a desconstrução do isolamento disciplinar, o que distancia cada vez mais a escola da realidade do aluno. Dessa forma, a abrangência de temáticas e conteúdos permitiria recursos inovadores e dinâmicos, por meio dos quais as aprendizagens seriam ampliadas.

Ainda de acordo com Paviani (2008), a adoção de um único critério para prática interdisciplinar caracteriza um equívoco, pois a utilização pura e simples de critérios político-administrativos ratificaria a restrição à qual a interdisciplinaridade se opõe: “Os verdadeiros critérios são os epistemológico-pedagógicos, isto é, os que surgem do interior do processo de ensino aprendizagem e das necessidades sociais e morais” (PAVIANI, 2008, p. 113).

Na verdade, a interdisciplinaridade não é uma proposta de mera junção de conteúdos ou disciplinas, mas sim uma forma de (re) pensar a prática pedagógica, conduzindo os

conteúdos para uma vivência interativa mediada por conhecimentos diversificados. Busca-se superar a linearidade e a fragmentação do currículo escolar, propondo reorganizá-lo de forma a superar a tendência de um padrão engessado em uma lista de conteúdos. “*Não se trata de uma simples deslocação de conceitos e metodologias, mas de uma recriação conceitual e teórica*” (PAVIANI, 2008, p. 41).

Na interdisciplinaridade há cooperação e diálogo entre as disciplinas. Esse diálogo significa que há uma interseção entre as disciplinas; elas não funcionam isoladas, mas sim como um conjunto interligado. Dessa forma, os conteúdos trabalhados passam a fazer sentido para os alunos.

## **2. O papel do docente frente ao racismo**

O papel do professor como mediador do conhecimento é elementar à efetivação da Lei nº. 10.639/2003, pois ele é o sujeito diretamente envolvido nas situações que ocorrem dentro das salas de aula e também nos conflitos gerados em decorrência do preconceito racial entre os alunos. Se esse profissional não se envolve ou ignora certas ocorrências, ele está contribuindo para que o racismo na escola perdure, logo o seu papel essencial no processo ensino-aprendizagem não é desempenhado. O silêncio, seja de forma consciente ou inconsciente, como agem os que não sabem lidar com o assunto, representa, então, um dos grandes entraves para que o problema do racismo em sala de aula permaneça de forma naturalizada. Desse modo, “*tornou-se natural tratar a história do negro apenas na perspectiva da escravidão e aceitar padrões estéticos e culturais de uma suposta superioridade branca*” (BENCINI, 2004, p. 75).

Devemos considerar, nesse contexto, que a formação do professor é de suma importância para que ele saiba lidar com a diversidade étnica existente em uma sala de aula. Compreendemos, assim, que a relação entre professor e aluno vai muito além da transmissão de conteúdos específicos, ou seja, daqueles que sejam somente ligados à disciplina que ele leciona. Na verdade, essa relação constitui um processo de ensino e aprendizagem muito mais complexo do que aquele que encontramos na maioria das escolas. Ele deve abarcar tanto os conteúdos escolares quanto os de questões sociais, da moral e da ética (TUONO; VAZ, 2017), mas a prática pedagógica nas escolas brasileiras tem sido dissociada de suas determinações sociais:

A perspectiva social é indispensável a uma prática de ensino que, fundamentando-se em conhecimentos sobre as relações entre linguagem, sociedade e escola, e revelando pressupostos sociais, seja realmente competente e comprometida com a luta contra as desigualdades sociais (SOARES, 1996, p. 6).

No cenário atual da formação do docente, o que se tem é a reprodução de uma prática pedagógica a serviço de uma sociedade capitalista, a qual assume e valoriza a cultura das classes dominantes e essa formação acaba sendo reproduzida nas salas de aula. Na verdade, esse professor não é formado como um mediador, mas sim como um reproduzidor de uma educação que considera padrões etnocêntricos dominantes como os corretos, afastando tudo que seja diferente, visto como errado. Como na sociedade brasileira a classe dominante é composta, em sua maioria, por brancos, entendemos que temas relacionados à cultura negra, por exemplo, sejam esquecidos ou ignorados, ou seja, “negar a existência de cultura em determinado grupo é negar a existência do próprio grupo” (SOARES, 1996. p. 14).

Abordar a história dos negros a partir da escravidão; apresentar o continente africano estereotipado, realçando a miséria e as doenças, como a AIDS; pensar que o trabalho sobre a questão racial deve ser feito somente por professores negros para alunos negros e acreditar no mito da democracia racial, representam ações que refletem negativamente nas relações raciais na escola. A postura equivocada do docente, muitas vezes, afasta o aluno que tem nessa escola seus padrões ignorados, ou seja, ele não se identifica com os heróis da história, com as personagens das narrativas, nem com os que ocupam posições de destaque na sociedade na qual ele está ou tenta ser inserido. Com isso, esse aluno, geralmente, passa por um processo de marginalização e fracassa, não conseguindo êxito no processo ensino/ aprendizagem. Há, então, uma responsabilidade da escola e dos docentes, principalmente de séries iniciais, o fracasso escolar dos alunos negros, pois são tratados de forma discriminativa, ratificando o preconceito racial, pois

[...] a atuação dos professores e da comunidade escolar acerca do racismo somente em datas específicas do calendário – como os dias 13 de Maio, dia comemorado nas escolas como libertação dos escravos e dia 20 de Novembro, dia da Consciência Negra – são insuficientes. Uma vez que, sua prática pode ficar restrita no âmbito da teoria, já que os conteúdos relacionados à cultura e à história afrodescendente ficam esquecidos nos currículos e projetos, enquanto na prática está longe de ser efetivados, sendo apenas formalidades legais que a escola exerce no intuito de cumprir o “protocolo” do estudo da diversidade cultural (TUONO; VAZ, 2017, p. 65).

Objetivando mudar esse quadro educacional, representam atitudes assertivas, por exemplo, o aprofundamento nas causas e consequências da diáspora africana pelo mundo e a apresentação da história da África antes da escravidão; o enfoque nas contribuições dos africanos para o desenvolvimento da humanidade e as figuras ilustres que se destacaram nas lutas em prol do povo negro; conduzir a questão racial como um assunto de todos para que uma reeducação das relações raciais seja alcançada e o reconhecimento do racismo no Brasil e a valorização da cultura afro-brasileira.

Mais uma vez, ratifica-se a necessidade de mudança de postura do docente mediante as suas práticas. Essa mudança poderá ser concretizada com a implementação, na formação desse docente, como já sinalizado, de orientações para uma articulação entre teoria e prática. Sendo assim, o professor estaria apto a capacitar seus alunos à reflexão ética, ou seja, antes de agir de forma preconceituosa e ofender o outro que é diferente, estabelecer valores e discernimento para lidar com esse diferente. Para tanto, Malachias (2004) propõe o exercício de quatro pilares da educação para o tratamento das relações raciais por parte do docente. São eles:

**1. Aprender a conhecer** a diferença e a cultura de outros grupos, sem hierarquizações e preconceitos; **2. Aprender a conviver** exercitando a tolerância e o respeito intercultural; **3. Aprender a fazer** promovendo aulas, exercícios, oficinas, seminários que contemplem o conhecimento bibliográfico alusivo à cultura e história da população negra no Brasil e no mundo; **4. Aprender a ser** reconhecendo em si as posturas preconceituosas em relação aos negros, mulheres, homossexuais, nordestinos, pobres... E, a partir dessa autocrítica agir, cotidianamente, em prol da superação. O aprender a ser é um exercício pessoal necessário que contagia a coletividade em nosso entorno (MALACHIAS, 2004, p. 25).

Ainda com foco na formação docente, Melo (2013) ressalta que debates sobre assuntos étnico-raciais entre professores e gestores deve ser uma prática constante, trabalhando assim a diversidade cultural, a empatia, impulsionando a inclusão da história da África, dos africanos e dos afrodescendentes no currículo, visando ampliar o conhecimento do futuro professor a respeito dessa temática:

Este assunto deve ser trabalhado minuciosamente, ou seja, cabe ao professor vincular a temática da cultura étnico-racial com suas respectivas disciplinas, para que assim o futuro professor possa internalizar o tema abordado e conseqüentemente alterar seu comportamento na escola, com o intuito de provocar algumas mudanças na sociedade (MELO, 2017, p. 210).

É notório que com o passar do tempo, a cultura afrodescendente vem ganhando espaços na mídia, na política, na arte, na sociedade como um todo, mas ainda nos deparamos com uma prática que dificulta a valorização dos afrodescendentes no espaço escolar. Tal situação se dá pela resistência que alguns professores têm de reconhecer suas próprias fragilidades no que tange às relações raciais em sala de aula.

O livro didático também possui um lugar de destaque neste processo. Silva, Souza e Oliveira (2014) relatam as possibilidades de abordagem nos livros didáticos e consideram que o professor deve estudar e observar com atenção os conteúdos sobre a história do negro contada nos livros. É necessário que ele aprenda a identificar e confrontar os estereótipos demonstrados por meio de textos e ilustrações, para que assim possam ter a possibilidade de transmitir a história verdadeiramente, buscando a valorização da identidade negra. Para os autores

A escola, como instituição social responsável pelo processo de socialização, tem um importante papel sobre a formação da consciência histórica dos educandos, e para desmistificar os estereótipos raciais, os livros didáticos são ferramentas políticas e cultural, disponibilizadas aos professores e aos alunos, que pode colaborar com processo de desmistificação da História do Negro no Brasil, desde que esse recurso não reproduza no uso pedagógico, os conceitos e ideologias de senso comum e da ideologia do branqueamento, onde o negro é visto como sujeitos ex-escravizados pelos europeus e incapazes de “produzir cultura” (SILVA; SOUZA; OLIVEIRA, 2014, p. 4).

Essa reestruturação na formação e prática docente significaria, então, uma possibilidade de experimentar, vivenciar e plantar no espaço escolar, a começar pela sala de aula, uma nova interatividade entre as pessoas. Assim resultariam, entre outros fatores, novo tipo de comunicação, novas trocas culturais, interculturais e étnico-culturais, que resultariam em um novo formato de construção do conhecimento, em uma nova visão da história, na qual o afrodescendente tenha seu lugar (re) conhecido na sociedade em que está inserido.

### **3. Uma demonstração pedagógica**

Tendo como parâmetro a relevância da autoafirmação da identidade negra como parte de um processo de ressignificação de práticas sociais e culturais na escola, faz-se necessário resgatar o conceito de “escrivência”, para justificar a progressão temática desta

seção. Criado e difundido pela escritora brasileira, a mineira Conceição Evaristo<sup>5</sup>, este conceito é definido como um meio de contar histórias a partir das próprias vivências, sejam particulares ou coletivas, que dialogam, sobretudo, com a realidade do negro na sociedade brasileira.

Nesta seção, apresentamos um relato de uma experiência pedagógica vivenciada na Escola Municipal Nelson Rodrigues, localizada na Zona Oeste do Município do Rio de Janeiro, na qual trabalho como professora de Língua Portuguesa, no segundo segmento do ensino fundamental, que atende a comunidades como Cidade de Deus, Vila Sapê, Quarto Centenário, dentre outras, com alunos na faixa etária entre 11 e 15 anos.

Embora seja uma escola da rede pública, o corpo docente conta com apenas cinco professores negros, sendo quatro mulheres e um homem, fato sinalizador da conseqüente falta de acesso da população afrodescendente à formação acadêmica, o que também caracteriza um certo desconforto, pois a maioria dos professores são brancos, oriundos de classe média, que lecionam para um alunado de maioria negra, oriundo de classes pobres e periféricas. Isso, muitas vezes, representa um entrave para a desconstrução do racismo na escola, pois esses docentes não vivenciam ou vivenciaram situações de racismo para com eles ou para com os seus próximos, além de não terem tido uma formação que valorizasse a história da África e a cultura afro-brasileira.

A necessidade de tratarmos de tais temas surgiu, não só por conta da Lei 10639/2003, mas também da observação de como alguns alunos se relacionavam com seus diferentes, principalmente em se tratando de relações etnicorraciais. Percebemos que, muitas vezes, eles se dirigiam a seus amigos negros utilizando apelidos pejorativos como saci, negão, macaco, pixe, fumaça, cabelo de Bombril, entre outros. Percebeu-se que ações isoladas em aulas de Língua Portuguesa, por exemplo, não eram suficientes para uma conscientização coletiva. A partir dessa percepção, iniciou-se um repensar sobre os projetos desenvolvidos pela escola, e passou-se a trabalhar atividades pedagógicas que envolvessem toda a comunidade escolar. Essas atividades têm sua culminância num evento chamado “Feira Cultural”, no qual ocorrem mostras de trabalhos desenvolvidos pelos alunos. São eles: dramatizações, músicas, danças, culinária, literatura etc.

---

<sup>5</sup> Uma das principais expoentes da literatura brasileira e afro-brasileira, Conceição Evaristo tornou-se também uma escritora negra de projeção internacional, com livros traduzidos em outros idiomas. A poeta traz em sua literatura profundas reflexões acerca das questões de raça e de gênero, com o objetivo claro de revelar a desigualdade velada em nossa sociedade, de recuperar uma memória sofrida da população afro-brasileira em toda sua riqueza e sua potencialidade de ação.

Uma dessas atividades teve como título “Negro sim, por que não?!”. A proposta foi que essa ideia perpassasse as aulas das diversas disciplinas de forma transversal, pois o objetivo era que o conteúdo fosse trabalhado visando a uma reintegração dos fragmentos que se consolidaram por meio de uma organização disciplinar:

Interdisciplinaridade e transversalidade alimentam-se mutuamente, pois para trabalhar os temas transversais<sup>6</sup> adequadamente não se pode ter uma perspectiva disciplinar rígida. Um modo particularmente eficiente de se elaborar programas de ensino é fazer dos temas transversais um eixo unificador, em torno do qual organizam-se as disciplinas. Todas se voltam para eles como para um centro, estruturando os seus próprios conteúdos sob o prisma dos temas transversais (GARCIA, 2007, p. 2).

Um dos exemplos que podemos trazer para ilustrar essa prática pedagógica foi a leitura do livro *O rei preto de Ouro Preto*, de Sylvia Orthof<sup>7</sup>, adotado na aula de Língua Portuguesa em uma turma de 6º ano. Esse livro apresenta a história de um rei africano, Chico Rei, traído e capturado pelo homem branco europeu na África. O rei é trazido para o Brasil e escravizado. Durante a narrativa, a autora fala do continente africano de forma sensível, enfatizando a beleza do lugar e alguns aspectos culturais do povo negro. Dessa forma, ressalta-se no livro a vida do africano pré-escravidão. A narrativa é construída em versos e neles a autora fala do sonho dos negros escravizados de conquistarem sua liberdade, exalta aqueles que jamais se entregaram à escravidão e os trata como heróis. Dessa forma, a autora faz com que o aluno negro se identifique com um personagem valorizado, que traz características positivas, desconstruindo a ideia de que os negros escravizados eram preguiçosos e que não tinham uma história antes de chegarem a terras brasileiras. Essa prática permitiu que os alunos refletissem a respeito da opressão, do preconceito e da desvalorização da vida que existem na nossa sociedade nos dias atuais. Além disso, estabeleceu-se um diálogo entre História, Língua Portuguesa, Geografia e Artes, atingindo ao objetivo almejado, quando a proposta interdisciplinar foi estabelecida pela escola.

### **Considerações finais**

O desenvolvimento do presente artigo possibilitou uma reflexão sobre como a interdisciplinaridade pode representar uma possibilidade de superação do racismo no

---

<sup>6</sup> Os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental preveem seis Temas Transversais: ética, meio ambiente, saúde, trabalho e consumo, orientação sexual e pluralidade cultural.

<sup>7</sup> Escritora brasileira de livros infantis, recebeu o prêmio Jabuti em 2014. Faleceu em Jul/97, aos 65 anos.

ambiente escolar. Para tanto, foi feita uma breve contextualização de interdisciplinaridade, na qual alguns conceitos foram apresentados para que essa relação entre as disciplinas, hoje organizadas de forma fragmentada, seja apreendida. Além disso, foi apresentada uma discussão sobre o papel do docente frente a essa problemática, pois apesar das limitações, ele pode e deve lançar mão de práticas pedagógicas voltadas à superação do racismo escolar.

De um modo geral, situações de racismo são banalizadas no ambiente escolar por falta de formação/ informação, não só dos docentes, mas também de toda a comunidade escolar. Pretendeu-se, através deste trabalho, chamar a atenção para essa questão e apontar possibilidades de valorização da História da África e da cultura afro-brasileira no ambiente escolar, para que alunos negros sintam-se valorizados e inseridos no contexto social do qual fazem parte. Além disso, defendemos, a partir deste texto, que os debates sobre a questão racial passe a ser uma constante no ambiente escolar e que o proposto pela Lei 10.639/03 saia dos planejamentos, ou seja, saia do papel e do plano do pensamento e passe a ser uma realidade nas práticas pedagógicas de forma eficaz. Com isso, passa-se a legitimar a fala de um determinado grupo social que há muito é subjugado e quase invisibilizado no contexto escolar.

Dada a importância do tema tratado pelo presente artigo, faz-se necessário o reconhecimento de ações afirmativas que vêm alcançando resultados significativos no que se refere a relações raciais na escola, mas o caminho de superação do racismo ainda é longo e complexo. Logo, com as reflexões apresentadas pretendemos corroborar para outras discussões que trazem o racismo como o cerne de suas questões.

## REFERÊNCIAS

BENCINI, Roberta. Educação não tem cor. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/410/educacao-nao-tem-cor>. Acesso em: 20 de maio de 2018.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003. *Diário Oficial da União*, Brasília, 2003.

BRASIL. MEC. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Brasília, DF: MEC, 1997.

FAZENDA, Ivani. *A interdisciplinaridade: um projeto em parceria*. São Paulo: Loyola, 2013.

GARCIA, Lenise. Transversalidade e interdisciplinaridade. Disponível em: <http://www.unbvirtual.unb.br/ciencias>. Acesso em: 21 de junho de 2018.

MALACHIAS, Rosângela. Práticas educacionais e teorias interdisciplinares no combate ao racismo. In: *Revista Identidade Científica do Grupo de Pesquisa GEPEC*, UNIOESTE, Faculdade de Comunicação Social de Presidente Prudente, v. 01, n. 03, nov. 2004, p. 68-73.

MELO, W. R. S. Análise de 10 anos de implementação e aplicabilidade da Lei nº. 10.639/03: conquistas, desafios e perspectivas na formação do professor. Disponível em: [http://www.cih.uem.br/anais/2013/trabalhos/438\\_trabalho.pdf](http://www.cih.uem.br/anais/2013/trabalhos/438_trabalho.pdf). Acesso em: 22 de junho de 2018.

MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVEIRA, E. S.; SANTOS, M. A. S.; SILVA, A. G. A. O livro didático: um Estudo da Abordagem da História do Negro em São Luís do Quitunde. In: *VII Semana Internacional de Pedagogia*, Alagoas, 2014. Disponível em: <http://epeal2014.dmd2.webfactional.com/trabalhos-identificado/63-Com-identifica.pdf>. Acesso em: 13 de junho de 2018.

PAVIANI, J. *Interdisciplinaridade: conceitos e distinções*. 2. ed. Caixas do Sul, RS: EDUCS, 2008.

POMBO, Olga. Epistemologia da Interdisciplinaridade. In: *Antologia Interdisciplinaridade, Humanismo, Universidade*. Porto: Campo das Letras, 2004.

SOARES, Magda. *Linguagem e escola: uma perspectiva social*. São Paulo: Ática, 1996.

TUONO, Nadiele Elias Faria; VAZ, Marta Rosani Taras. Do racismo ao direito à cultura afrodescendente na escola: aspectos históricos da afirmação da diversidade cultural brasileira, 2017. Disponível em: <http://www.ieduc.org.br/ojs/index.php/licenciaeacturas/article/view/140/0>. Acesso em 15 de junho de 2018.

---

Enviado em: 28 de julho de 2019.

Aceito em: 04 de junho de 2020.